

8º Congresso: data definitiva

O Congresso do PCdoB será realizado de 3 a 8 de fevereiro, no TUCA, em São Paulo. Por problemas administrativos com a Fundação Cultural São Paulo, que administra o teatro, foi necessária essa alteração. A Executiva Nacional do partido já assinou contrato com a Fundação garantindo que esta data é definitiva.



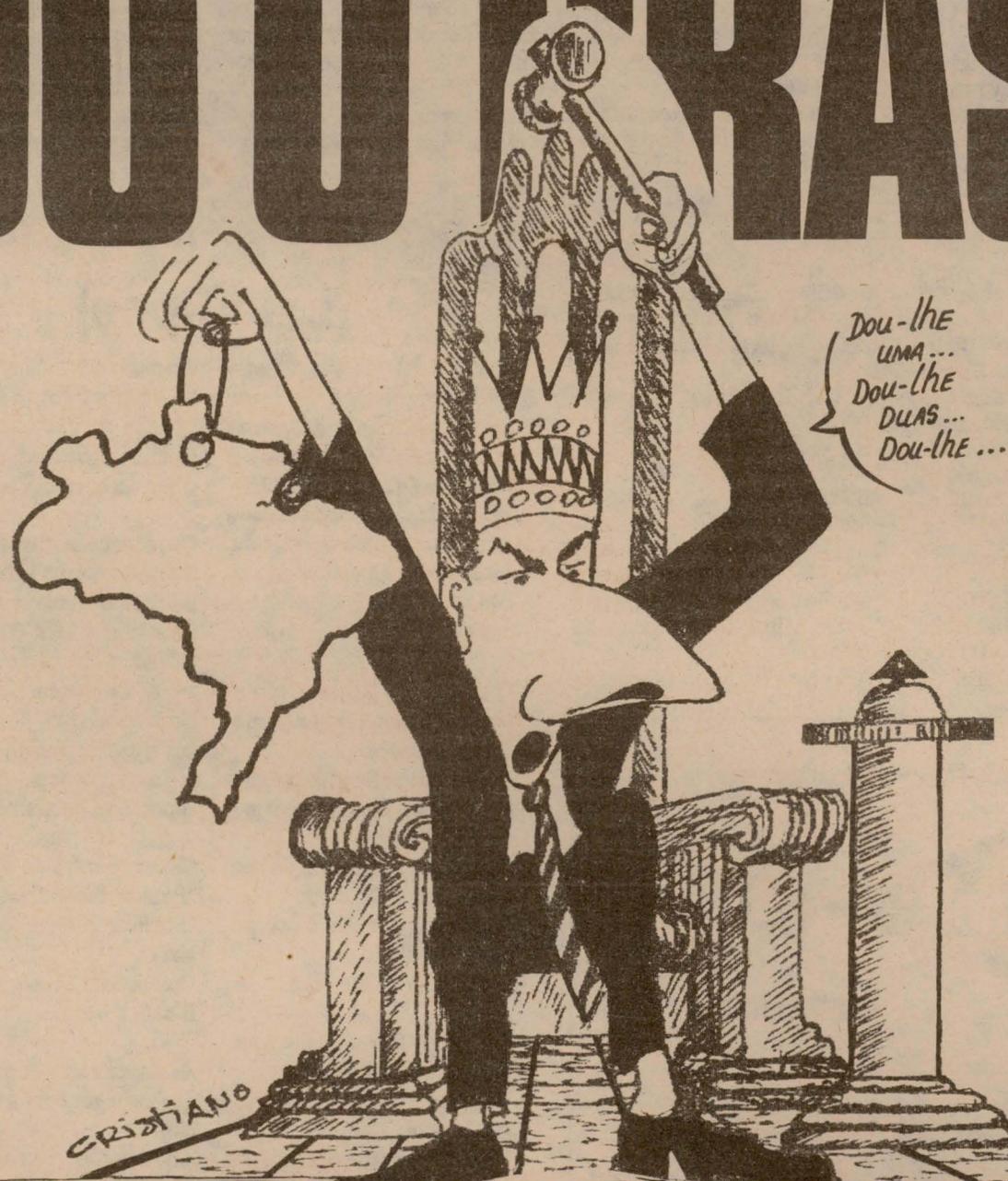
A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Às ruas em defesa do Brasil

Foi marcado para o próximo dia 18, no Rio, um grande comício contra a privatização da Usiminas. A expectativa é de que centenas de milhares de pessoas participem. Cresce em todo país o movimento em defesa do patrimônio público brasileiro. Um leque cada vez maior de forças políticas está disposto a ir às ruas contra o entreguismo. Págs. 3 e 5

OU O BRASIL...



O presidente insiste em afrontar os brasileiros. Sob sua batuta cometem-se graves atentados contra a soberania nacional. A vida do povo encontra-se em adiantado estado de degradação.

O Brasil tem o pior desempenho econômico da América Latina este ano, segundo o FMI. Não dá mais para agüentar. Leia artigo de João Amazonas na página 12.

...OU COLAPSO!



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA EM DEBATE

Impotência

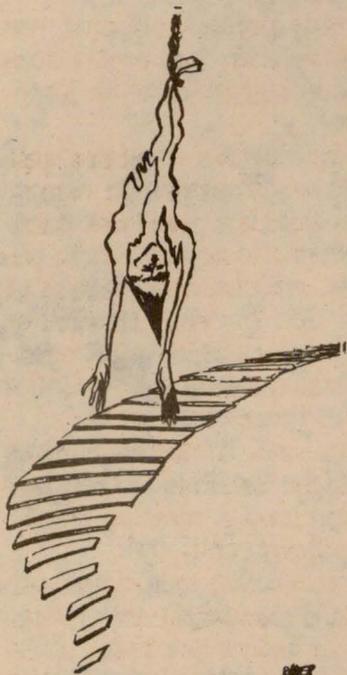
Gustavo Neiva Coelho

levaram meu sangue
como se coisa pouca fosse

levaram meus olhos
quando a indiferença
continha absurda meus gestos

levaram também as palavras
que trazia escondidas
e que sequer usei

e levaram meu corpo, morto,
quanto não protestei



Recebemos boletim informativo "Voz do Escritor", órgão de divulgação da União Brasileira de Escritores - seção Goiás. Acima reprodução de uma poesia e ilustração do boletim.

cando como "o bom", como o "protetor da verdade", como a única salvação para a Nação.

Depois de todos os esforços para entregar o nosso país, para enterrar nossos poucos e tão duramente conquistados direitos constitucionais, vem agora a público, com sua cara de pau, passar diretamente o seu recado.

Ele hoje fala pela televisão, e nós, que não a temos, falaremos para o povo e o desmascaramos hoje e sempre.

E diremos um enorme NÃO a esse ...

Beatriz H. S. da Cruz - militante do PCdoB/RJ

Um jornal de debates II

As conseqüências não tardaram. Ao final do ano, o jornal amargava um profundo desprestígio entre a militância, que se refletiu em queda dramática da circulação e numa crise financeira sem precedentes. Os militantes talvez não saibam, porém, que o tratamento dado pela Classe a estes assuntos e a outros foi motivo de intenso debate em nossa redação, desde 1988. Em incontáveis reuniões internas de avaliação, distintos membros da equipe pronunciaram-se abertamente

contra o tratamento editorial que imperava, e propuseram mudanças. Tais críticas foram feitas sempre diante da presença física do então editor, o camarada José Reynaldo de Carvalho, que é membro efetivo do Comitê Central. Ao menos uma vez por semana este encontrava-se com o camarada João Amazonas, para trocar idéias sobre as sucessivas edições, ouvir e formular propostas e críticas. A cada nova reunião interna da redação, Reynaldo voltava a comunicar que a orientação para prosseguir na mesma linha provinha da direção do partido, a quem cabe dirigir o jornal, e que por isso estava evidentemente fora das atribuições da redação alterá-la.

Entre dezembro do ano passado e janeiro último a antiga equipe teve ao menos dois encontros com o secretariado do CC. Em ambos, a direção do partido reafirmou suas opiniões acerca dos problemas da Classe, e a disposição de alterar o projeto do jornal,

reduzindo suas ambições editoriais e reforçando-lhe o caráter de boletim informativo para a militância. Penso que a imprensa que temos hoje é a materialização fiel dos objetivos então enunciados.

Creio, sobretudo, que a experiência concreta serve apenas para comprovar que um jornal político que não se disponha hoje a ser profundo e polêmico é, mais que inútil, dispensável. Chame-me a atenção, em especial, o tratamento frio e burocrático que a Classe dispensa aos debates que antecederam nosso 8º Congresso, e o fato dela continuar recusando-se até mesmo a relatar as diferentes opiniões que surgem nos organismos de direção sobre temas como o golpe na União Soviética. Oxalá o Congresso possa, ainda assim, rever os rumos adotados, e abrir caminho para o surgimento de uma imprensa à altura de nossos desafios. (Antônio Martins, colaborador de A Classe Operária, São Paulo).

Contribuições para o 8º Congresso

1 - Da Paraíba, com Cr\$ 1.000,00:

- João Ribeiro, Geraldo de A. Sá, Maria L. Silva, Agamenon T. Sarinho, Renô T. Macaúbas, Edelson R. Duarte, José R. da Costa, Lúcia Feitosa, Lúcia Rocha, Charles, Rita Ramos, Cida, Jaldes Meneses, Flávio Lúcio, Waldir Porfírio, Simão Almeida (Cr\$ 3.000,00).

2 - Do Rio de Janeiro, com Cr\$ 1.000,00:

- Maria Dolores, Affonso Gilano, Carlos Rodrigues, Dilcéia Nahon, João Carlos, Djalma Oliveira, Elza Monerat, Edmilson Valentim, Gilberto Lobato, Paulo Vieira, Ana Lúcia G. Mello, Washington Gomes e André L. M. Barreto (Cr\$ 10.000,00).

3 - De Florianópolis (SC), com quantias variadas:

- João Ghizoni (Cr\$ 15.000,00), Luiz H. Costa, Lucélio Paladini e Myrthis Pauli (Cr\$ 5.000,00), Joaquim Perez e Nildemar F.

Santos (Cr\$ 2.000,00) e Luiz C. Monteiro (Cr\$ 1.000,00).

4 - De Porto Alegre (RS), com Cr\$ 1.000,00:

- Cristina Correia, Mozart Macedo, Leonil Bahia, Ana Krebs, Tânia Gonçalves, Sinthia Mayer e Edson Negreiros.

5 - De Manaus, com Cr\$ 1.000,00:

- Dalva Carvalho, Lúcia dos Santos, Odilon Filho, José Barbosa, Edna Herbert, Mozart Bezerra, Rogério Bezerra e Damares Meurer.

6 - De Roraima, com Cr\$ 1.000,00:

- Bartolomeu P. Tavares.

7 - De São Paulo, com Cr\$ 3.000,00:

- Maíra Rocha de Paula.

8 - De Alagoas, com Cr\$ 5.000,00:

- Murilo Jorge P. G. Filho.

9 - De Minas Gerais, com Cr\$ 2.000,00:

- João Newton S. de Oliveira

Dando o troco

Em comemoração aos 3 anos de vigência da Constituição Brasileira, vemos o "atleta" mais uma vez tentando enrolar o povo, não medindo para isso, palavras bonitas e enfeitadas para passar suas mentiras deslavadas. Esbanja auto-promoção, se colo-

O TEMPO NÃO PÁRA • O SOCIALISMO VIVE



Assine já o jornal A Classe Operária

Nome
Endereço
CEP Cidade Estado
Profissão

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO

Assinatura trimestral: Cr\$ 1.500,00 Assinatura Semestral: Cr\$ 3.000,00
Assinatura trimestral de apoio: Cr\$ 2.500,00
Assinatura semestral de apoio: Cr\$ 5.000,00

Preencha hoje mesmo este cupom e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.
Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - SP - CEP 01318

E por falar em soldado... (cala-boca)

O major PM Cunha é democrata progressista. Por conta da publicação da poesia abaixo, foi preso por uma semana no QG da corporação. Nosso partido solidarizou-se com a sua família e repudiou, inclusive na Assembléia a prisão de Cunha. É o que informam os companheiros do Acre.

Quando a tua presença causar constrangimento, repulsa, melindres, desdém
E atirarem sobre ti o estigma do arbítrio, do autoritarismo, da truculência

Quando te chamarem de cão, de meganha, de urubu
Lembra-te que eles é que pagam teu salário
E por isso, cala a boca.

Quando o frio da noite sombria sacudir teu peito
E a incerteza da próxima atração te gelar a alma
Quando frente a frente com os loucos e desvairados experimentares o medo
Lembra-te que és superior ao tempo... a tudo.
E por isso cala a boca.

Quando veres a lei comprada, manipulada, afrontada
E estiveres prestes a quedar com o fardo sobre os ombros

Quando até tombares sob a bala furiosa que te dilacera
Lembra-te que precisas ter controle emocional
E por isso, cala a boca.

Quando faltar o pão de cada dia para os teus filhos
E te despejarem por não pagares o aluguel em dia
Quando o infortúnio quer mesmo se assenhorar de ti
Lembre-te que já és quase um cidadão: engole a tua miséria com os teus
E por isso, cala a boca.

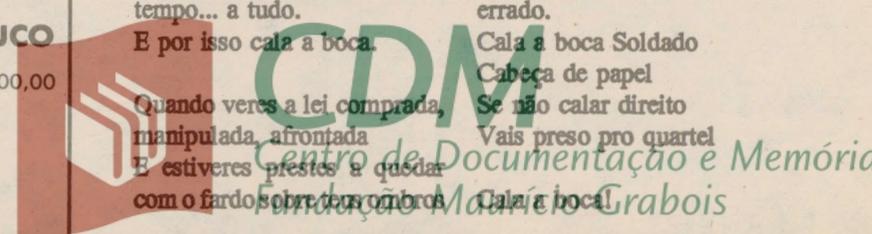
"Greve é coisa de agitador"
"Política é esculhambação"
"Sindicato, invenção de comunista"
Desencosta! Desperta! Te viral!
E cala a boca.

A tua salvação está na arma que carregas contigo: o silêncio.
Aliás, estás perdendo uma grande oportunidade de ficar calado,
Mesmo porque calado já estás errado.

Cala a boca Soldado
Cabeça de papel
Se não calar direito
Vais preso pro quartel
Cala a boca

A CLASSE OPERÁRIA
ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas
Editor: Dilermando Toni
Redação: Umberto Martins, Pedro de Oliveira e Sara Seles
Projeto Gráfico: Auracébio e equipe
Diagramação e Arte: José Luiz Muñeira Reyes
Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - SP
Fone: (011)36-7531 Telex 11-21983
Fax: (011)36-4104
Composição e arte final: Compuart
Fone: (011) 36-0412
Fotolitos e impressão: Jornal Paulista



Usiminas: entreguismo e negociata

ALDO ARANTES*

A privatização da Usiminas faz parte do projeto neoliberal de Collor de total abertura do país aos capitais estrangeiros e de privatização das empresas estatais.

No combate às empresas estatais fala-se que elas são cabides de empregos, que são deficitárias e tecnologicamente superadas. Parte de tais afirmações são verdadeiras, sobretudo em relação a determinadas empresas. No entanto os críticos das estatais não revelam uma das principais causas de suas dificuldades: o papel que elas desempenham na transferência de recursos do setor público para o setor privado através, por exemplo, do fornecimento a preços subsidiados da nafta, do aço e da energia elétrica para empresas privadas, sobretudo multinacionais.

O caso da Usiminas se torna mais absurdo porque ela não se enquadra no perfil criticado pelos privatizantes. Pelo contrário. Trata-se de uma empresa rentável e com alto padrão tecnológico. Assim o argumento da ineficiência cai por terra e fica mesmo a disposição de entregar o patrimônio público ao capital privado.

Porém a privatização da Usiminas está se caracterizando, também, como uma grande negociata. Esta se expressa através de uma série de mecanismos cujo objetivo principal é baratear ao máximo o preço de venda da empresa. Assim ela será vendida por US\$ 1,8 Bi, enquanto seu valor patrimonial está em torno de US\$ 8 Bi.

No entanto a negociata não fica aí. O governo, através do BNDES, atropelando a Lei 8.031 que regulamenta as privatizações, publicou Edital assegurando a utilização de "moedas podres" (desvalorizadas) no leilão da Usiminas, coisa que a lei não permite. Foi estabelecido que as moedas valeriam o seu valor de face (valor nominal) e não o valor de mercado, com exceção dos títulos da dívida externa que teriam um deságio de 25%. Grande negócio, porque o deságio no mercado está em torno de 70%. Sobre os títulos da dívida agrária o pro-



fessor Joaquim Eloi Cirne de Toledo afirmou na *Folha de São Paulo* que "o valor dos TDAs foi artificialmente inflado no mercado, pela estranha decisão do governo - que decretou arbitrariamente que o que valia 8 centavos passou a valer 53 centavos, multiplicando assim o seu preço por mais de 6 vezes". A moral da história é que a utilização das "moedas podres" representa grandes lucros para quem as detém e grande prejuízo para o Estado brasileiro. O interesse pela utilização dessas mo-

edas fica evidente quando se sabe que o Citybank, maior credor brasileiro, participa de uma *holding* para o leilão da Usiminas. De fonte fidedigna tomei conhecimento de que o PC, amigo pessoal de Collor, comprou nos últimos meses grandes quantidades de TDAs, evidentemente de olho na venda da importante empresa estatal.

Diante das dificuldades enfrentadas com a justiça, o Congresso e o Procurador Geral da República quanto à legalidade da utilização das moedas não referidas na lei, o governo resolveu editar a MP 299 permitindo a utilização de todos os títulos da dívida pública na compra das estatais. A incompetência do governo levou-o a cometer grotesco erro jurídico ao falar na MP que as moedas seriam utilizadas para comprar "bens a privatizados". Agora o governo está atrás da fórmula para consertar mais esta trapalhada.

Se tudo isso não bastasse o BNDES fez um negócio "por debaixo do pano" com a Nippon Steel, acionista minoritário da Usiminas, assegurando a esta a compra de lotes de mil ações pelo preço de Cr\$ 39,79, dez vezes menos que o preço fixado no edital que era de Cr\$ 332,85.

A privatização da Usiminas é apenas a "ponta do iceberg" da grande negociata que está em curso no país para a venda do patrimônio público a "preço de banana". Não podemos aceitar passivamente que isto ocorra!

* Membro do Comitê Central do PCdoB

Voto distrital é da direita

ROGÉRIO LUSTOSA*

A crise política agrava-se tão aceleradamente que as discussões nos meios políticos se encaminham no rumo das soluções práticas para acabar com as tropelias de Collor. Mas é bom notar que setores da burguesia, embora também contra Collor, têm planos principalmente contra o povo. Trata, por isso, de forjar uma solução da crise pela direita.

A saída de direita concentra-se num ponto chave: o voto distrital. E conta com apoios importantes. Delfim Neto fala em sanear a economia, mas prega como primeira medida a implantação do distrital. Fernando Henrique Cardoso, que posa de progressista, já tem um projeto para viabilizar este sistema. Ulysses Guimarães, que ainda pretende ser um grande líder de alguma coisa, colabora nessa empreitada.

O pacote direitista vem embrulhado com rótulos atraentes, para ludibriar os ingênuos: antecipação do plebiscito sobre a forma de governo, defesa do parlamentarismo já, reforma constitucional. O essencial é implantar o novo modelo eleitoral - mesmo que atenuado com o disfarce de distrital "misto" - de conteúdo tão antidemocrático quanto o distrital puro.

A burguesia visa alijar a representação popular do Congresso Nacional. Reduzir a dois ou três o número de partidos com capacidade de conquistar cadeiras no Legislativo, em todos os níveis. Reservar para os grandes grupos da classe dominante o trato com os assuntos decisivos da política e da economia, sem a presença incômoda dos "esquerdistas radicais", com suas denúncias e agitações.

Nenhum dos partidos com um mínimo de ligação com o povo terá presença significativa no Congresso com a implantação do distrital - independente da posição reformista ou vacilante que possa adotar. As pró-



prias bases operárias do PT, inclusive, talvez ainda não tenham tomado consciência disto. Se não, já teriam cobrado uma explicação de vários deputados petistas que vêm endossando esta reforma.

É inaceitável qualquer solução sem povo. O Brasil exige exatamente mais democracia. Além de um presidente de feição democrática, nosso país precisa abrir novos canais para que os trabalhadores do campo e da cidade, intelectuais, artistas, homens de ciência, mulheres, jovens, negros, índios façam valer seus reclamos de progresso, liberdade e bem estar.

Não se consegue nada a favor desta imensa maioria se, no mínimo, não se altera a composição do Congresso Nacional, atualmente tão avesso ao cheiro do povo, tão marcado pelo carreirismo e pelos interesses mesquinhos. O voto distrital, misto ou não, serve para o inverso: consagrar os currais e reforçar as oligarquias reacionárias.

A realidade colocou na ordem do dia o dilema "ou o Brasil ou Collor" - como demonstra o artigo de João Amazonas na página 12. E cada vez mais se percebe que esta questão não pode ser deixada para 1994. O povo, entretanto, não pode assistir passivamente o encaminhamento do problema pelos poderosos. Sindicatos, entidades democráticas, partidos e correntes de opinião comprometidas com o progresso devem fortalecer as trincheiras da democracia para barrar o avanço da direita. E desmascarar os falsos democratas que colaboram nessa manobra sorrateira e elitista do voto distrital.

* Membro do Comitê Central do PCdoB

Excepcionalmente Renato Rabelo não escreveu seu artigo desta época.

EDITORIAL

Às ruas!

Itamar Franco, vice-presidente da República, foi enfático ao fazer sua proposta de antecipação da consulta popular sobre o sistema de governo e, em caso de vitória do parlamentarismo, defendeu a realização de eleições gerais, em seguida. Isso mostra a que isolamento chegou Collor de Mello. O presidente nacional do PMDB, Orestes Quércia, disse com todas as letras que Collor não mais governa. Várias outras correntes políticas aventam a possibilidade de encurtar o mandato presidencial.

Para amplos setores da vida política nacional, vai ficando claro que a solução da crise que o país atravessa tem em Collor ocupando a presidência da República um fator intransponível.

O rei Fernando, apesar de abatido, continua pelo caminho da traição. Traição ao programa de campanha, traição aos interesses nacionais e populares. Insiste no "emendão", reafirma o assalto ao patrimônio público entregando as estatais, arrocha como nunca os salários dos trabalhadores. Seu governo mostrou-se absolutamente incapaz de controlar a inflação, encontra-se atolado na corrupção. Nesse quadro caótico, Collor ainda pede que os brasileiros levantem o astral.

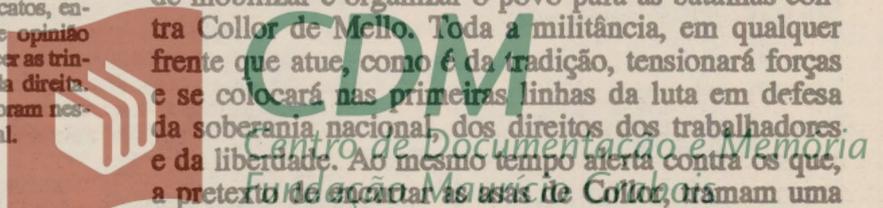
Na realidade o presidente está irremediavelmente incompatibilizado com a Nação brasileira. O tão propalado caminho para a modernização, rumo ao primeiro mundo levou o Brasil ao desastre.

Mas há algo de novo no ar. Ocorre uma significativa mudança no movimento de oposição ao governo Collor. A apatia é deixada de lado e por todos os lados vão sendo tomadas iniciativas que poderão se transformar num turbilhão popular capaz de acabar rapidamente com o pesadelo collorido.

A virada na situação envolve um amplo leque de forças como no caso do lançamento do Movimento Democrático e Popular no Paraná ou na solenidade que deflagrou a campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo e contra a privatização da Usiminas no Rio de Janeiro. No Congresso Nacional existe um forte sentimento contra a proposta do "emendão" e, além disso, foi relançada a Frente Parlamentar Nacionalista com a finalidade de aglutinar os parlamentares comprometidos com a defesa da soberania nacional. Some-se a isso a grande mobilização que conseguiu derrotar a trama que a direita armou contra a prefeita Luíza Erundina em São Paulo, os pronunciamentos de militares contra a internacionalização da Amazônia e a crescente onda de combativas greves de trabalhadores.

O fator decisivo em tudo isso é o povo nas ruas. O comício programado para o próximo dia 18 no Rio, para o qual espera-se o comparecimento de milhares de pessoas, fará ecoar seu grito por todo o país.

Numa situação como essa, o Partido Comunista do Brasil - PCdoB - fará todos os esforços no sentido de mobilizar e organizar o povo para as batalhas contra Collor de Mello. Toda a militância, em qualquer frente que atue, como é da tradição, tensionará forças e se colocará nas primeiras linhas da luta em defesa da soberania nacional, dos direitos dos trabalhadores e da liberdade. Ao mesmo tempo alerta contra os que, a pretexto de equívocos usos de Collor, tramam uma saída pela direita. Para ter progresso o Brasil precisa de mais democracia.



CURTAS E BOAS

O senso e a oportunidade

Duas vozes destoantes entre os parlamentares que assinaram o Manifesto à Nação em Defesa do Patrimônio Nacional foram destacadas pela grande imprensa. Manifestaram-se pela boca dos líderes do PT, José Genoíno, e do PCB, Roberto Freire, na Câmara. Ambos fizeram questão de criticar a Frente Parlamentar Nacionalista, o primeiro argumentando que, embora não aprove "a privatização como quer o Collor", tampouco aceita "a estatização como quer o Arraes". Já o segundo esbraveja contra o que chama de "nacionalismo da década de 50", como se já não se tratasse da defesa do patrimônio público contra a velha, e agora redobrada, ambição dos monopólios imperialistas.

Justiça para Lâmia

O Comitê pela Libertação de Lâmia está sendo reativado. A brasileira Lâmia Maruf Hasan está presa há mais de cinco anos, cumprindo pena de prisão perpétua, em Israel. Seu julgamento foi uma farsa jurídica, com os juízes militares fazendo o papel de promotores.

É imprescindível que voltemos a lutar pela liberdade de Lâmia, injustiçada pela fúria dos algozes que a mantêm prisioneira, sem nenhuma prova efetiva de sua participação em crime de assassinato de um soldado daquele país.

Juntos poderemos exigir das autoridades israelenses a libertação de Lâmia, fazendo-se assim justiça e conquistando o devido respeito a que todos nós temos direito. Participe. Os contatos para quem deseja manifestar-se a favor da brasileira é: Comitê Lâmia/RJ - Sede do Sindicato dos Economistas, Av. 13 de Maio, 23/1608 - CEP 20031 - Brasil.

Vereador ingressa no PCdoB

O vereador Senair José Modesti, eleito pelo PMDB em Trindade do Sul, ingressou no PCdoB. Pequeno agricultor e formado em Cooperativismo, Modesti é o quarto vereador do partido do Estado do Rio Grande do Sul. O PCdoB já tem representantes nas Câmaras de Caxias do Sul, Cruz Alta e Rio Grande.

Contra o Emendão

O vereador Elói Frizzo, do PCdoB de Caxias do Sul

(RS), apresentou moção contra o "emendão" à Constituição Federal, na sessão de 2.10.91, a qual foi aprovada por unanimidade. No documento, o vereador alega, entre outros motivos para a rejeição do "emendão", que o presidente Collor "investe despidoradamente contra os trabalhadores e a soberania nacional".

Viúvas querem justiça

No Estado do Pará, onde a violência no campo clama por justiça e punição dos assassinos, as viúvas dos lavradores reuniram-se em setembro passado, em seu 1º Encontro, em Xinguara, com a finalidade de se organizarem na luta pela justiça e pelo direito de conquistarem a terra.

As viúvas dos lavradores e lideranças sindicais assassinados pelos donos de latifúndios estão protestando contra a soltura de Jerônimo Alves Amorim, mandante do assassinato de Expedito Ribeiro de Souza.

Esse movimento das viúvas surge como forma de exigir das autoridades a verdadeira justiça e a liberação da terra, a fim de acabar com a fome e os crimes no Brasil.

Ato de solidariedade

O vereador Luiz Paulo Gnecco e a Sociedade Árabe - Palestina Brasileira farão o Ato de Solidariedade ao Povo Palestino, contra a opressão e a exploração promovida pelo Estado de Israel. O Ato será realizado dia 25 de outubro, às 19h30min, no auditório Pedroso Horta, da Câmara Municipal de São Paulo, Viaduto Jacaref, 100 - 1º andar.

NACIONAL

Oposição na rua contra Collor

"O Brasil está collarido: Roxo de corrupção, verde de vergonha, amarelo de recessão e fome". Este é o trecho de abertura do manifesto de fundação da Campanha Contra a Recessão e em Defesa da Cidadania, em Goiás, que conta com mais de 30 entidades signatárias. Entre elas, o PCdoB, PT, PSB, PSDB, CUT, UBB, UMES, Conselho de Associações de Moradores, além de dezenas de sindicatos.

O movimento foi criado a partir de discussões realizadas entre os partidos de esquerda e progressistas, onde a preocupação fundamental era a de construir a unidade da oposição popular com vistas à eleição de 92. E esta unidade está sendo construída na prática, não só com os partidos políticos, mas também com entidades sindicais e populares. A experiência tem sido muito positiva, e as ações desenvolvidas demonstram que: é possível que as militâncias e as direções de diferentes partidos atuem conjuntamente na luta concreta; a repercussão e a força das ações unitárias da oposição popular multiplicam-se enormemente.

A carreta realizada no dia 27 de setembro em Goiânia foi o primeiro e importante passo para o reaquecimento dos movimentos de cunho mais nitidamente político no Estado. No visual, desde o cartaz unificado, até o caixão roxo com que uma entidade sindical simbolizou a falência e o enterro do governo federal, a mensagem era explícita: contra Collor e a recessão. Os carros de som denunciavam a irresponsabilidade do "garo-



Mais de cem veículos na carreta em Goiânia

ção" Collor, lépido e fagueiro em comandar Jet-Skis e caças Mirage, mas totalmente incompetente para dirigir a economia e os destinos do país.

Aplausos

Mais de cem veículos participaram do protesto, que obviamente se voltou também contra o governador Íris Resende e o prefeito Nion Albernaz. E o povo, saindo de seu mutismo e indiferença, acorreu às portas das lojas e casas. "Parou para ver, ouvir e dar passagem". E aplaudiu maravilhado a oposição nas ruas; e jogou papel picado; e ergueu entusiasticamente o polegar, numa demonstração inequívoca de apoio.

A carreta contra Collor conseguiu atrair, além dos deputados e vereadores do PCdoB, PT e PSDB, dois vereadores do PDT de Aparecida, cidade da região metropolitana

de Goiânia, o que comprova que setores do PDT não concordam com a política da Comissão Regional Provisória daquele partido, de alinhamento com Íris e Collor.

A mensagem de "Fora Collor e o Emendão, vergonhas da nação", anunciada pelo caminhão de som durante a carreta soou como música aos ouvidos da população. Um grande painel conclamava o povo a pressionar os congressistas goianos a derrubar o veto collarido à lei salarial. As bandeiras do PCdoB, ao lado das de outros partidos, tremulavam ao ritmo de animação que, pouco a pouco, vai contagiando a militância.

Para não deixar esfriar a campanha, as entidades e partidos se reuniram para avaliar a carreta e marcaram uma caminhada pelo centro da cidade no dia 18 de outubro, com concentração às 15 horas, na Praça do Bandeirante. (Luiz Carlos Orro - colaborador)

Desvendando a rede de intrigas

Edmir M. Santos



Jussara: Investigar até o fim

Os serviços secretos de informações, verdadeiros centros de dedução muito utilizados pela repressão durante a época do regime militar, continuam ativos, embora às vezes com nomes diferentes, como vem sendo constatado no Rio Grande do Sul pela deputada estadual Jussara Cony, do PCdoB. O antigo DOPS, agora Serviço Central de Informações (SCI), continua coletando dados sobre a ação de políticos vinculados à esquerda, conforme revela a deputada.

Jussara Cony e Marcos Rolim, este um deputado do PT, foram destacados pelo presidente da Assembleia Legislativa gaúcha, César Schirmer, para apurar denúncia de que os arquivos do SCI estavam sendo removidos do Centro Administrativo. Os dois parlamentares, ao investigarem o assunto, descobriram que os arquivos do SCI continham informações bastante recentes sobre a movimentação de políticos e ativistas de esquerda. Encontraram, inclusive, uma sinopse de uma reunião informal da Comissão de Cidadania e Direi-

tores João Motta, José Valdir (PT/Poá) e José Carlos Martins da Silva, o Taquara, do PCdoB de Cruz Alta, eleitos em 88. Além disto, constavam informações sobre movimentos sindicais, sem-terras, discursos do prefeito de Porto Alegre, Ovídio Dutra, e muito mais. Uma mostra reveladora do que podem conter os arquivos maiores de tal Serviço Central de Informações.

A Assembléia Legislativa, através da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, chegou a cogitar na formação de uma CNI e uma Comissão de Alto Nível para investigar as duas questões: onde está o antigo fichário do DOPS, se ainda existir, e quem está no comando dos serviços de informações, existentes à revelia inclusive das determinações em contrário do governador Alceu Collares. Mas oficiais da PM gaúcha pressionaram e conseguiram obstruir, ao menos por enquanto, a investigação de tais idíias. (Cristiano Dartsch, colaborador da Classe no RS).

tos Humanos da América Latina, em abril, com o Movimento dos Sem-Teto, realizada a portas fechadas, sem ata, taquígrafia ou gravação oficial. Na sinopse, segundo a deputada comunista, estavam relacionados os participantes e o teor das conversas. Também foi descoberto um comunicado da PM2 (serviço secreto da Polícia Militar) solicitando informações sobre os vere-

Lorraine de Paula

CONGRESSO EM PAUTA
A defesa do patrimônio nacional

ALDO REBELO *

O deputado Miguel Arraes (PSB-PE) e o senador Antonio Mariz (PMDB-PB) leram, respectivamente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, no último dia 9 de outubro, o Manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista em defesa do patrimônio público nacional.



Em editoriais furiosos, os jornalões da burguesia neoliberal (Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil, entre outros) trataram de desancar o Manifesto e seus principais subscritores antes mesmo de sua divulgação. As correntes e personalidades progressistas e nacionalistas festejam o surgimento do Manifesto e seu conteúdo combativo como prova de vitalidade da causa da soberania nacional.

O documento denuncia "as ações desenvolvidas pelo atual governo e suas intenções reiteradamente proclamadas no sentido do desmantelamento do Estado brasileiro e da alienação do patrimônio nacional", embora admita a acumulação de distorções na máquina estatal, entre elas a cartorização da economia e o excessivo corporativismo.

Usiminas

O Manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista aponta a privatização da Usiminas como parte da imposição do modelo internacional já vigorando, inclusive, em países vizinhos. No caso da Argentina, por exemplo, a dolarização da economia faz a nação vizinha recuar a um período anterior ao feudo, que pelo menos podia cunhar sua própria moeda.

"As próprias Forças Armadas são postas em defensiva - diz o Manifesto - obrigadas a reclamar soldos e a olharem, impotentes, a paralisação de atividades essenciais, como as de pesquisa em vários campos, sem que sejam sequer redirecionadas para utilização civil. Tudo isso provoca o pior sucateamento que pode sofrer o país, que não é só de máquinas, mas sobretudo de cérebros e da mão-de-obra especializada..."

O documento já conta com mais de 150 assinaturas de deputados e senadores, e prossegue sua contundente denúncia, afirmando que "essa política acelera a concentração de riqueza e a marginalização. Promove o descaso pela produção local, com ausência de crédito e assistência a milhões de famílias espalhadas pelo território nacional. Obrigam-se a buscar a sobrevivência onde lhes parece mais fácil, guiadas apenas pelas aparências. A proclamação extensiva da fronteira agrícola ocorre de forma desordenada, levando milhares e milhares de pessoas a funcionarem como praga de gafanhotos na destruição das riquezas naturais, contribuindo para a implantação de latifúndios de extensão jamais sonhada pelos donatários das capitânias hereditárias da fase colonial".

Convocar o povo

Os que subscreveram o documento - Parlamentares de quase todos os partidos que integram a Câmara e o Senado - fazem um apelo ao "caminho da ampla discussão, dentro e fora do Congresso", pois segundo acreditam, é preciso elaborar uma proposta que não se limite à defesa do patrimônio. Ela deve ser utilizada na implementação de um desenvolvimento que atenda às pressões por melhores salários e melhor distribuição de renda, o que implica em dar aos empresários, seja qual for o seu porte, as condições para uma atuação eficaz em favor do país".

O Manifesto termina com uma conclamação à união das "forças as mais diversas, democráticas, nacionais e populares, a fim de convocar o povo, sem cujo apoio e ajuda, o País não vencerá a profunda crise em que se encontra".

Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois

* Deputado Federal pelo PCdoB-SP



Lançamento da MDP, em Curitiba

Movimento Democrático e Popular quer povo unido contra Collor

Cerca de 40 organizações políticas e sociais - entre partidos, entidades ligadas ao movimento sindical e popular do Paraná - lançaram na noite do dia 4 passado, na sede da Universidade Popular do Trabalho, em Curitiba, o Movimento Democrático e Popular (MDP). A iniciativa resultou de amplas conversações anteriores que concluíram pela necessidade de enfrentar, unitariamente, o agravamento da crise econômica e política que assola o país e as ações neoliberais e de submissão ao imperialismo que vem adotando o governo Collor, alimentadas pela paralisia dos setores democráticos e populares.

No ato de lançamento do MDP, anunciou-se a realização, em Curitiba, no próximo dia 18, de um grande comício em favor da soberania nacional, contra a privatização da Usiminas, contra os vetos presidenciais à lei salarial aprovada pelo Congresso e demais medidas antipovo que vem sendo tomadas e anunciadas pelo governo Collor. O MDP, que deverá enviar caravana ao comício do dia 18, no Rio de Janeiro, contra a privatização da Usiminas, decidiu interiorizar-se o mais rapidamente possível no Paraná e extrapolar as fronteiras do Estado.

Unidade

A unidade das forças democráticas e populares para enfrentar a crise e a formulação de uma alternativa de acordo com os interesses fundamentais do povo brasileiro foi o tom predominante nos pronunciamentos no ato de lançamento do MDP. O ex-deputado federal Aldo Arantes, falando em nome do Comitê Central do PCdoB, denunciou a intenção neoliberal do governo Collor de "impedir" o desenvolvimento nacional e acoplar ain-

da mais o Brasil às conveniências dos grandes capitais estrangeiros". Destacou que "a crise pela qual vivemos também se expressa na relativa apatia popular, na desesperança e nas visões corporativistas", sublinhando a necessidade de superar tais debilidades e "construir um projeto nacional que unifique as forças progressistas para responder adequadamente aos problemas nacionais e como base para a mobilização popular".

"De imediato", afirmou Aldo Arantes, "temos que lutar contra o 'emendão', o arrocho salarial, a privatização da Usiminas". Para a deputada federal Maria Luíza Fontenelli, do PSB, "O Brasil não tem alternativa se o povo não estiver de pé". O ex-deputado federal Euclides Scalco, vice-presidente nacional do PSDB,

emprestou inteiro apoio do seu partido ao movimento e assinou o documento que foi "a aliança dos segmentos progressistas que garantiu os avanços contidos na atual Constituição e que o governo Collor pretende suprimir". O presidente do PMDB paranaense, Nivaldo Kruger, afirmou que "as divergências interpartidárias devem estar subordinadas ao interesse nacional".

O mesmo tom unitário foi empregado pelo deputado federal Pedro Tonelli, do PT paranaense, pelos representantes da UJS, da CUT, Força Sindical e outras entidades que estiveram presentes no ato de lançamento do Movimento, cujo slogan é "Cöllera tem cura".

(Luiz Manfredini, Colaborador da Classe)

Privatização repudiada

É cada dia maior o repúdio e a oposição nacional à pretensão do governo Collor de privatizar a Usiminas, que equivaleria, na opinião do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcelo Lavenere, a um verdadeiro "assalto ao patrimônio público". O ex-governador paulista, Orestes Quécia, também manifestou-se contra a venda da siderúrgica e, no Rio, está sendo preparado um grande comício em defesa da estatal, pelo governador Leonel Brizola juntamente com partidos e entidades progressistas. O ato, que poderá reunir centenas de milhares de pessoas, deverá ser realizado antes do novo leilão da empresa, marcado pelo governo para o dia 24.

É possível, ainda, que o próprio leilão venha a ser barrado nos próximos dias pelo Poder Judiciário. O procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, anun-

ciou que vai discutir na Justiça a constitucionalidade da lei que se origina da Medida Provisória 299, editada para permitir o uso que foi batizado de "dinheiro podre" na aquisição de ações da Usiminas (títulos da dívida externa, da dívida agrária e outros ativos econômicos igualmente desmoralizados). "A MP é impositiva da vontade do rei", acentuou Aristides Junqueira, depois de alertar que a conduta do governo ameaça a harmonia dos poderes constituídos da República. Já o Conselho Federal da OAB aprovou, dia 8, uma moção em que aponta a nulidade de vários atos do governo Collor relacionados ao processo de privatização da Usiminas (destacadamente a instituição dos "meios de pagamento não previstos em lei") e apela ao Congresso no sentido de que rejeite a MP 299 e ao Poder Judiciário para que "faça prevalecer a Constituição e a lei".

Arquivo

Alagoas virou uma praça de guerra

Oitocentas famílias de sem-terra de Alagoas realizaram, durante quatro dias, a maior movimentação já ocorrida no Estado exigindo terra para trabalhar e teto para morar. Uma violenta repressão policial em frente ao Palácio do governo, em Maceió, transformou toda a área numa praça de guerra na noite de terça-feira, dia 1º.

A mobilização dos sem-terra começou na cidade de Flexeiras, na sexta-feira, 27 de setembro, com uma concentração que teve inclusive a presença do presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e lideranças políticas e populares da oposição alagoana. Dali começou uma marcha de 85 quilômetros a pé, até Maceió. No caminho, os sem-terra paravam em cidades, vilas e povoados, faziam manifestação e ganhavam adesões.

O protesto

Chegaram a Maceió na manhã de segunda-feira, dia 30, e concentraram-se na Praça dos Martírios, em frente ao palácio do governo. No gigantesco acampamento reuniram-se também os sem-terra da cidade de Colônia Leopoldina, que reivindicavam a desapropriação de uma área da Cohab para construção de casas em muirão.

A reivindicação básica dos sem-terra é a desapropriação da Fazenda Aquidaban, em Jundiá, além de sementes e cestas básicas para as famílias poderem começar a trabalhar.

Ao meio-dia, começa os contatos entre os sem-terra e o governo do Estado, mas ao mesmo tempo os trabalhadores são intimidados pela exibição ostensiva

do aparato de repressão: tropa de choque, cavalaria e viaturas cercando toda a praça. Começam a ser freqüentes os atritos entre a PM e os sem-terra.

A truculência

Na terça, dia 1º, as negociações avançam e algumas conquistas são obtidas, como a garantia de que a fazenda será desapropriada. Mas, por volta das 20 horas, o governo resolve começar a distribuir cestas básicas para confundir os sem-terra e afastá-los de suas lideranças. Começa a haver tumulto entre os acampados, e a tropa de choque se aproveita para atacar. Jaime, líder dos sem-terra, é agredido pelos soldados. A PM deu tiros para o alto e avançou com a tropa de choque e a cavalaria. Foi um espancamento brutal, os PMs não poupavam velhos, mulheres nem crianças. O próprio secretário de Segurança, Wilson Perpétuo, e o comandante da PM, coronel Nilton Rocha, participam pessoalmente do conflito.

Os sem-terra, acuados e desarmados, procuram abrigo. Correm para a Igreja dos Martírios, do outro lado da praça. O pároco da Igreja, Frei Bruno, abre as portas e dá abrigo às famílias para se livrarem da pancadaria da polícia. Os PMs ameaçam invadir a igreja, cortam a energia elétrica para espalhar o pânico. O arcebispo de Maceió, dom Edvaldo Amaral, chegou a participar de reuniões, mas depois se retirou. Os sem-terra e frei Bruno conseguem, então, por telefone, que o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes, entre em contato com o governador Geraldo Bulhões, apelando para o fim

Violência na "República" da impunidade

Ricardo Lessa, policial metralhado na noite do último dia 9, por oito pessoas que ocupavam dois carros, tinha fama de ser duro e caçador de bandido, tanto em Maceió como no Estado de Alagoas.

Ricardo deu longa entrevista recentemente ao Jornal "Gazeta de Alagoas", acusando a estrutura policial e denunciando a existência de gang organizada, afirmando também, que estava sendo ameaçado de morte, por estar dando depoimentos à imprensa sobre a violência que ora domina aquele canto do país.

O policial, que participou da repressão aos movimentos dos

sem-terra, e dos professores foi o responsável pelas prisões de Joãozinho Malta, Etevaldo Balbino e apurou o caso João Lira.

Em Alagoas, hoje manchete em todos os meios de comunicação, a epidemia do crime e da violência alcançam patamares irrevolvíveis à Baixada Fluminense, região de maior incidência do crime organizado no Brasil.

Tal situação deslançou após a posse de Collor. Presidente truculento, agressivo e desequilibrado, encoberta os desmandos das oligarquias que domina o Estado, que se sentem seguras e à vontade para praticar o banditismo em escalada desenfreada.



O vereador Ênio Lins no momento em que discursava aos sem-terra

da violência e o reinício das negociações. As tentativas de conter a brutalidade policial atravessam a madrugada; os vereadores Ênio Lins (PCdoB) e Claudionor Araújo (PSDB) representam os sem-terra em negociações diretas com o comandante da PM e secretá-

rios do governo.

Na manhã de quarta-feira, dia 2, chega-se a um acordo: o governo concorda em manter as conquistas obtidas pelos sem-terra no dia 1º, como a garantia de desapropriação da fazenda, sementes e cestas de alimentação,

e os sitiados na igreja poderiam sair sem serem molestados, com ônibus para transporte até os locais de assentamento, além da libertação dos líderes sem-terra que estavam presos. A ação violenta da PM deixou mais de 40 feridos.

Câmara repudia perseguição

Por ampla maioria (41 votos a nove), a Câmara Municipal de São Paulo rejeitou no último dia 8 o parecer do Tribunal de Contas do Município (TCM) que classificava de irregulares as contas da prefeitura relativas ao exercício de 1990 - e que, se aprovado, poderia implicar na inelegibilidade do mesmo cassação do mandato de Luiza Erundina.

O resultado serviu para evidenciar ainda mais o caráter reacionário do TCM, cuja decisão injusta encobria na verdade uma retaliação contra a prefeita e as esquerdas em São Paulo, patrocinada por forças obscurantistas de direita. O tiro, porém, desta vez saiu pela culatra. Votaram a favor do parecer emitido pelo tribunal unicamente os vereadores do PDS (cinco), dois do PTB, um do PL e Jamir Achôa, do PMDB, este último contrariando a orientação da bancada, que majoritariamente fechou questão e votou contra a imoralidade armada pelo TCM.

Foi notável o apoio popular. Diante da Câmara uma multidão estimada em 5 mil pessoas acompanhou, através de um telão, a sessão realizada pela Câmara Municipal, portando faixas e cartazes em apoio à prefeita. Nos dias que precederam a votação do parecer, centenas de personalidades, representando diferentes segmentos da sociedade - inclusive de outros Estados brasileiros - assinaram manifestos de solidariedade a Erundina, em espaço publicitário publicado na grande imprensa.

O vereador Vital Nolasco, do PCdoB, destacou que terminou prevalecendo "os interesses das forças populares e democráticas contra o golpismo da direita. Não havia base jurídica e legal para a decisão do TCM. Vários técnicos haviam se pronunciado contra o parecer. O tribunal se prestou, vergonhosamente, ao papel de um órgão da campanha que se faz em todo o país contra a esquerda."

Prosseguindo, o vereador comunista argumentou que "os grandes escândalos do governo federal, como da LBA por exemplo, passam em branco, nada é feito. Da mesma forma, o TCM sempre foi muito conivente com Jânio Quadros, cuja administração foi das mais corruptas. O episódio, no entanto, serve de lição e em torno dele na verdade houve uma ampla mobilização da opinião pública que, em minha opinião, resultou no fortalecimento de Luiza Erundina, na consolidação de sua liderança."

A prefeita, por seu turno, em discurso dirigido à multidão reunida frente à Câmara Municipal, ressaltou: "A partir desse movimento é possível sentir um clima de esperança. É preciso que os partidos, as centrais sindicais, os movimentos populares, todos aqueles que garantiram essa vitória continuem unidos, para que possamos mudar a política econômica deste país.

Não queremos um entendimento feito por cima. Queremos esse entendimento que foi feito aqui em São Paulo."

Telefoto de Gladstone Campo



Uma ciência revolucionária

ARMANDO BOITO JR.*

Duas medidas

O episódio da agressão policial aos sem-terra de Alagoas, comparado com duas recentes ocorrências criminais envolvendo gente importante, ilustra muito bem como é diferente o tratamento da polícia com os trabalhadores pobres e os graúdos influentes.

No mesmo dia em que a tropa de choque da PM investia furiosamente contra os sem-terra, espancando velhos, mulheres e crianças, era solto com *habeas-corpus* João Malta Brandão Filho, o "Joãozinho Malta", irmão caçula da primeira-dama Rosane Malta Collor de Mello.

A soltura de Joãozinho não significava bem uma libertação; na verdade, ele não chegou a estar realmente preso nos 20 dias em que permaneceu num alojamento especial no 4º Distrito, em Maceió.

Teve toda mordomia de um apart-hotel: visitas a qualquer hora, televisão, videocassete, geladeira, roupa lavada, cama limpa, banheiro privativo.

Todas essas regalias foram dadas sem nenhuma justificativa: o "prisioneiro" não tem curso superior, é reincidente - aos 14 anos, matou um vereador de Canapi a sangue frio, junto com um tio que permanece solto - e ainda impôs condições para se entregar, após tentar matar a ti-

ros, em Canapi, o prefeito da cidade Mauro Fernandes Costa.

No dia 1º, a sessão do Tribunal de Justiça que concedeu o *habeas-corpus* a Joãozinho Malta foi uma comédia - continuação da comédia que foi sua "prisão", quando o governo garantia que a polícia estava procurando o criminoso, e todos sabiam onde ele estava, tranquilamente instalado enquanto a família negociava com policiais amigos.

O Tribunal de Justiça, além de soltar o perigoso elemento, chegou ao cúmulo de pedir o afastamento e punição do juiz Rommel Acioly, que decretara a prisão preventiva de Joãozinho pela tentativa de assassinato.

Outro graúdo influente, o fazendeiro Etevaldo Balbino, teve tratamento privilegiado da polícia alagoana após cometer assassinato. Ele matou a tiros o auditor do Tesouro Nacional Antonio Roque de Mattos, depois de chamá-lo para tomar uísque em seu apartamento - um crime que também envolve parentes e amigos dos Malta.

Balbino está envolvido em outros quatro assassinatos - inclusive de sua esposa - e só se entregou depois de ter regalias asseguradas na "prisão". Está confortavelmente instalado num alojamento especial da PM e tem direito ao mesmo tipo de privilégio que Joãozinho tinha antes de ser solto. (da sucursal)

O marxismo é mais do que um instrumento válido para análises sócio-econômicas. Ele é, de um lado, o único sistema teórico capaz de conferir inteligibilidade à história da humanidade e, de outro lado, a crítica mais profunda e fundamentada das sociedades contemporâneas. É engano supor que a desagregação da URSS representa o fim do marxismo.

O marxismo é uma teoria científica das sociedades e da história. Os problemas com os quais se depara são mais vastos e complexos do que imaginam os arautos do liberalismo. O marxismo tem a ambição de explicar, a partir de um núcleo de conceitos e teses gerais ao qual se agregam conceitos históricos específicos, realidades tão díspares como as sociedades tribais, sem classes sociais e sem Estado, as sociedades contemporâneas, divididas em classes e controladas pelos vastos aparelhos burocráticos que são os Estados modernos, as sociedades estatamentais, como aquelas da Europa medieval, onde a idéia de igualdade entre os homens era inconcebível, e as demais formas de vida social. E o principal: o marxismo ambiciona explicar porque essas diferentes formas de organizações social perecem e são substituídas por outras.

A crise soviética e o marxismo

Operando com os conceitos básicos de modo de produção, forças produtivas, relações de produção, classes sociais, Estado de classe, ideologia e outros, e lançando mão de teses sobre o papel do desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes na transformação histórica, o marxismo é a teoria que explica com maior eficácia os grandes processos históricos do mundo moderno e contemporâneo: a longa transição do feudalismo ao capitalismo, as revoluções burguesas - como a Revolução Francesa de 1789, o surgimento do movimento operário, as revoluções operárias e populares do século XX, as crises do capitalismo, o fascismo, a desigualdade de riqueza entre as nações, o imperialismo e as guerras.

A desagregação da URSS não foi um raio em céu azul para o pensamento marxista. Desde 1960, pesquisadores marxistas vêm submetendo a sociedade soviética a uma análise crítica com base nos conceitos marxistas. Têm caracterizado aquela sociedade e os países do Leste como um capitalismo de novo tipo, estatal-burocrático, e têm qualificado o regime político daqueles países como uma ditadura da burguesia de Estado sobre os trabalhadores. Dessa perspectiva, o que ruiu foi o capitalismo

de Estado e a ditadura da burguesia burocrática, não o socialismo.

Nada de novo? De modo algum. Hoje, está em crise a ideologia da burguesia de Estado que transformou algumas teses marxistas de modo a legitimar o seu poder. É certo também que o desenvolvimento de um capitalismo de Estado em países como a URSS obriga a revisão ou o desenvolvimento de alguns conceitos com os quais o marxismo pensou a transição ao socialismo. Mas, esse fato indica uma crise no marxismo e não uma crise do marxismo. De resto, desde o seu nascimento o marxismo desenvolveu-se, como teoria científica que é, assim: cotejando suas teses, de um lado, com as novas conquistas do pensamento científico, e, de outro lado, com as experiências concretas da luta de classes.

Marxismo, instrumento eficaz

O marxismo, enquanto crítica do capitalismo e "guia para a ação", revelou-se de uma eficiência impressionante ao longo do século XX. No que diz respeito aos países centrais, orientou grande parte do movimento operário europeu ao longo de quase um século. Com relação aos países periféricos, da África, da América Latina e da Ásia, o marxismo guiou a ação dos principais movimentos revolucionários que puseram abaixo o neocolonialismo e que destruíram as últimas grandes monarquias feudais do planeta. A quase totalidade dos grandes movimentos sociais e revolucionários do século XX foram, de um modo ou de outro, influenciados pelo marxismo.

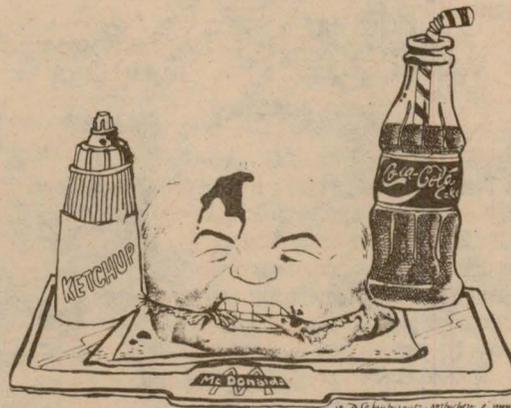
É apenas na conjuntura atual, iniciada nos anos 80, que o marxismo, enquanto guia para a ação anticapitalista e antiimperialista, entrou em refluxo. Os partidos comunistas da Europa Ocidental atrelaram-se ao Estado de bem-estar e entraram em declínio juntamente com a crise da política de bem-estar social. As revoluções do Terceiro Mundo, que contaram com

a direção de partidos inspirados no marxismo, abarcavam, - e era natural que abarcassem - frentes policlassistas antiimperialistas. Terminaram caindo - sem que isso possa ser considerado um desfecho inevitável - sob a direção de uma nova burguesia, estatal e burocrática, após terem realizado as tarefas nacionais e democráticas de sua fase inicial. Essas novas burguesias é que vieram a produzir a caricatura do marxismo que agora parece ter entrado em crise final.

Capitalismo x socialismo

Quais são as perspectivas para o movimento socialista inspirado no marxismo? O capitalismo desenvolvido não resolveu as suas contradições. O desemprego, o subemprego e a marginalização social estão crescendo na Europa desenvolvida como fruto direto do próprio desenvolvimento - é a lei geral da acumulação capitalista, exposta por Marx no capítulo 23 de "O Capital", em ação. A estagnação, o desemprego e a fome alastram-se por toda a periferia do sistema. O conflito entre os Estados e a burguesia imperialista do mundo desenvolvido, de um lado, e, de outro lado, a maioria da população dos países da periferia tende, após o processo de descolonização da África e da Ásia e após o esgotamento da fase desenvolvimentista da América Latina, a se agravar. Esses não são, com certeza, alicerces sólidos para o capitalismo edificar um reino milenar. O movimento socialista e antiimperialista pode renascer dessas contradições. E pode renascer fortalecido, despojado das teses e conceitos que a grande experiência prática levada a cabo neste século revelou equivocadas.

Publicamos este artigo com pequenas modificações no texto, sugeridas pelo autor em relação à veiculação que a Folha de S.Paulo fez do mesmo em 2 de outubro último. Os intertítulos são de redação da Classe Operária.



Do "habeas-corpus" político e um assassinato genocida de Maceió. (Caricatura de Armando Boito Jr.)

Joãozinho a Erundina



Joãozinho, ressaltou a prefeta durante o ato

Contag realizará 5º Congresso

De 26 a 30 de novembro será realizado, em Brasília, o 5º Congresso da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais). Constará da pauta de discussão a formação de uma Central Camponesa.

Jair Meneguelli, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), a maior e mais atuante central sindical brasileira, com 15 milhões de trabalhadores em sua base, acha que a formação de uma Central Camponesa seria um "desastre para a luta dos trabalhadores rurais". E prossegue: "se já é difícil a integração dos trabalhadores do campo com os da cidade, com uma entidade desse tipo aumentaria ainda mais a divisão".

Mesmo discordando da idéia da formação de uma Central Camponesa, a CUT vai participar do Congresso e levar a proposta de filiação da Contag à CUT. Visando a tentativa de unir as lutas do campo e da cidade, dentro de uma filosofia mais global de unidade, a CUT vai priorizar a discussão em torno da reforma agrária na porta de fábrica, já que o movimento sindical tem dado pouca atenção à ocupação de terra, e essa é uma luta estratégica.

Na área rural vários sindicatos estão se juntando em um só, buscando a unidade dos trabalhadores. Essa unidade está se dando na prática, como é exemplo a campanha salarial do Nordeste, realizada em conjunto pela CUT e Federações.



Apesar das promessas do governo, a Reforma Agrária não saiu do papel

Prêmio Nobel para a luta pela terra

A Right Livelihood Awards Foundation, em Estocolmo, Suécia, anunciou no último dia 2, o Prêmio Nobel Alternativo à Comissão Pastoral da Terra (CPT) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Este Prêmio à CPT e ao MST é um reconhecimento internacional de que a reforma agrária, em nosso país, é uma necessidade inadiável. Sobretudo, é o reconhecimento de que a luta dos trabalhadores rurais contra a miséria e a opressão do latifúndio, é a base para a construção de uma sociedade justa e democrática. Foi por essas idéias que centenas de trabalhadores, lideranças sindicais e agentes pastorais deram suas vidas, assassinadas pelo latifúndio. A esses trabalhadores e aos quatro milhões de famílias sem-terra, dedicamos este Prêmio.

O Prêmio vem constatar que a superação dos grandes problemas que hoje afligem não só milhões de camponeses mas a grande maioria da sociedade brasileira, passa pela valorização dos trabalhadores sem-terra, dos bóias-frias, meeiros, posseiros, ribeirinhos, migrantes, favelados e suas iniciativas na busca de reafirmarem sua condição de cidadãos.

Queremos chamar a atenção da sociedade para a situação de violência no campo e sua impunidade devido a total conivência dos órgãos competentes: o regime de escravidão e semi-escravidão a que são submetidos muitos trabalhadores nas grandes fazendas.

Comissão Pastoral da Terra/Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Goiânia/São Paulo

Luta feminista avança na América Latina

Alice de Oliveira

Realizou-se nos dias 27, 28 e 29 de setembro, na Câmara Municipal de São Paulo, o Seminário Latino-Americano e do Caribe, "Feminismo, Poder e Práticas Políticas". Foi um novo passo no projeto surgido em San Bernardo (Argentina), por ocasião do V Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em 1990, visando organizar uma rede Latino-Americana e do Caribe de feministas militantes de partidos políticos.

A coordenação brasileira do evento, organizado a partir das mulheres presentes em San Bernardo, foi composta por representantes de entidades feministas e partidos políticos (União Brasileira de Mulheres, Grupo Verde-Lilás, Casa da Mulher do Grajaú, Grupo Lilit, PT e PCdoB).

Com a participação de feministas atuantes de 20 partidos políticos progressistas do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Venezuela e Peru, foram debatidos, entre outras, a prefeita Luiza Erundina e as deputadas federais Jandira Feghali e Maria Luiza Fontenelli.

O Seminário analisou a situação da mulher nos dois continentes, verificando que, apesar das características próprias de cada país e de enfoques diversos de partidos, ressaltam aspectos fundamentais comuns à situação dos povos e das mulheres latinas e caribenhas: a opressão imperialista e a luta pela soberania nacional; a implementação de projeto neoconservador, excludente de vários setores, gerando novas formas de dominação, passando pela privatização da economia e dos serviços sociais; crise estrutural se aprofundando, levando à perversa ampliação da miséria, violência e à feminização da pobreza (na América Latina 58% dos pobres são mulheres); crise de representatividade dos partidos políticos; sociedade patriarcal que hierarquiza a diferença de gêneros, onde as mulheres, apesar de seu grande papel na economia, na ação social e na militância política, não conseguem a presença correspondente nos espaços de decisão da sociedade e dos partidos políticos, obstaculizadas por fatores objetivos e subjetivos; as mulheres que, excepcionalmente chegam aos espaços de decisão, são pre-



sionadas a abrir mão de sua diversidade de gênero, a adaptar-se às características masculinas no discurso, na vida e na prática política.

O Seminário avançou na discussão sobre a luta por cotas de participação feminina nos fóruns sociais e políticos e aprovou várias moções, entre as quais: a) solidariedade à prefeita Luiza Erundina, ameaçada de cassação do mandato por uma perseguição reacionária do TCM e alguns vereadores; b) apoio às mulheres e ao povo cubano, contra o bloqueio econômico e as ameaças dos EUA e Rússia; c)

solidariedade ao Congresso Nacional africano em sua luta contra o apartheid; d) repúdio à violência e extermínio de crianças e adolescentes no Brasil; e) chamamento às mulheres latinas e caribenhas para que organizem jornadas de luta contra a opressão, o racismo e a discriminação, em sua condição de mulheres, trabalhadoras, índias, negras, por ocasião da passagem em 1992 do 5º centenário da invasão colonialista da América.

Ao final, aprovou-se uma carta de princípios e os objetivos da Rede a ser formada, definindo-se também, a realização de vários encontros regionais, a culminar com nova reunião geral, por ocasião do VI Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, talvez na Guatemala. A secretaria rotativa ficou com as mulheres representantes do Paraguai.

As brasileiras participantes do encontro, cabe agora a responsabilidade de lutar pela formação da Rede Brasileira de Feministas de Partidos Políticos, que pode jogar grande papel no Brasil e na América Latina.

Este texto foi publicado na publicação "Memórias do Seminário, neste momento de tantas perplexidades para as mulheres e do povo e para as perspectivas do movimento feminista. Gilse Cosenza - presidente da UBM



Vitória da CSC nos metalúrgicos da Bahia

Deu "Garra Metalúrgica da CUT" (chapa 1) na eleição do Sindicato dos Metalúrgicos da Bahia, realizada entre os dias 23 e 25 de setembro. Roque Assunção, ou Roque Tarugo como é mais conhecido, novo presidente da entidade, atribui a vitória à representatividade dos membros da Corrente Sindical Classista (CSC), "através de uma atuação constante na luta dos trabalhadores".

A capitalização das vitórias alcançadas durante a gestão de 1985 e 1988, presidida por Renildo Souza, da CSC e da Executiva Nacional da CUT, foi fundamental para que a chapa 1 conquistasse 54,27% dos votos. A outra concorrente, ligada aos grupos Articulação e Força Socialista, tentou a reeleição do presidente atual do sindicato, Pery Falcon, também presidente do PT baiano, mas acabou com 45,73%, tendo acesso à diretoria proporcional à sua força.

O resultado expressa uma disputa muito forte e rela-



Chapa vencedora na Bahia

tivo equilíbrio de forças. Segundo Renildo Souza, "os integrantes das duas chapas têm enraizamento na categoria e, juntos, derrubaram o antigo pelego Manuel dos Santos, em 1982". Depois do pleito, em sua opinião, predominará a unidade, muito embora a chapa 2, a certa altura da campanha, tenha apelado para o anticommunismo, que, como as urnas demonstraram, não tem mais vez na categoria. "A luta pela hegemonia não impede a convivência entre correntes sindicais divergentes", comenta Renildo Souza.

Bases para um compromisso

A primeira reunião da executiva eleita após o congresso aconteceu nos dias 19 e 20 de setembro de 1991, na sede nacional da CUT, em São Paulo. Dentre outros temas, os 32 membros dirigentes discutiram um documento intitulado "Bases para um compromisso", onde a Direção se compromete a promover a unidade de ação, mesmo que haja críticas às deliberações aprovadas nas instâncias.

Dos 32 membros efetivos e suplentes da executiva, 30 o assinaram. Não assinaram, Francisco Zoccoli (efetivo) de "O Trabalho" e João Salame Neto (suplente), do PLP.

Abaixo a íntegra do documento:

A direção Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores eleita no 4º Concut, no dia 8 de setembro de 1991, em sua primeira reunião, na sede nacional da CUT, na cidade de São Paulo, SP, aprovou as seguintes bases para um compromisso.

A profunda crise econômica, social e política que o Brasil atravessa, com graves consequências para os trabalhadores, exige uma atuação forte, democrática e unitária da CUT na defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores na busca da superação do capitalismo e na construção do socialismo.

Um balanço geral do 4º Concut indica claramente que a centralidade na luta interna em detrimento dos enormes desafios no enfrentamento das políticas do governo Collor e dos patrões não arma a CUT para um novo período de lutas e crescimento do seu projeto sindical classista, democrático e autônomo.

A CUT é uma central sindical pluralista e democrática que comporta no seu interior diferentes vi-

sões táticas e estratégicas para a luta dos trabalhadores na sociedade e diferentes visões de concepção sindical e papel da Central.

A garantia da livre manifestação destas diferenças em todos os momentos da vida da Central exige um compromisso político de unidade de ação da CUT na sua atuação externa em todas as frentes.

Assim, acatadas as decisões das instâncias da Central, em todos os seus níveis, fica assegurado permanentemente o direito de crítica.

Esta unidade de ação deve ser resultado da vontade e convencimento político do conjunto dos sindicalistas da CUT e uma responsabilidade coletiva pela sua efetivação.

Sem esta base política comum, a CUT atuará de forma fracionada e enfraquecida, podendo ficar distante do seu importante papel de instrumento estratégico dos trabalhadores brasileiros na luta de classes.

Os acontecimentos lamentáveis do 4º Concut mostram claramente que estes fatos não devem se repetir. Torna-se indispensável a discussão de um patamar de convivência no interior da CUT e inadiável um tratamento político para as divergências.

Aprovamos a constituição de uma Comissão de Ética nacional para verificação dos acontecimentos no 4º Concut e apresentação de propostas para uma base ética de convivência na CUT.

Aprovamos que a CUT deve intensificar o debate, de forma organizada e sistemática, sobre a democracia e a ética no movimento sindical.

Aprovamos que a política de funcionamento da nova Direção Executiva deve combinar o envolvimento de todos os companheiros nas tarefas da Central de acordo com suas potencialidades e disponibilidade. É toda ação sempre orientada por um plano de trabalho apre-

ciado e aprovado coletivamente. A gestão da CUT é responsabilidade de todos e o compromisso com os planos de trabalho e cumprimento das resoluções uma obrigação de todos.

O compromisso e o respeito às resoluções das instâncias democráticas da CUT constitui-se no instrumento privilegiado de construção da unidade de ação da CUT.

Apesar dos problemas e das dificuldades reveladas, reafirmamos a legitimidade do 4º Concut e o cumprimento das suas resoluções; o ponto de partida para uma efetiva unidade na prática da CUT.

São Paulo,
19 de setembro de 1991

Ativo sindical: balanço e perspectivas

Realizou-se no último final de semana, em São Paulo, uma ampla reunião nacional da frente sindical do PCdoB.

Dirigentes sindicais regionais e comunistas que atuam nas diversas instâncias da CUT, de quinze estados da Federação, debateram sobre elementos da estratégia mundial da "Nova Ordem" de Bush, a crise do governo Collor e as saídas apontadas. Fizeram um balanço circunstanciado sobre a fase de formação da Corrente Sindical Classista, desde a ruptura com a CGT até o 4º Concut, além de uma discussão sobre as perspectivas da CSC - um acerto nos ponteiros do relógio - para o novo período de atuação na CUT.

Segundo Ronald Freitas, do Secretariado do Comitê Central e responsável sindical nacional, a reunião "apresentou um rico balanço da trajetória da nossa política sindical. Os relatos e opiniões dos camaradas, expressando a nossa prática política concreta, muito contribuíram para a análise dos nossos avanços e deficiências. Mas, principalmente, afirmou Freitas, alinhou nossas tarefas políticas principais, no quadro da crise brasileira".

QUESTÃO DE ORDEM UMA TRÉGUA?

SÉRGIO BARROSO*

O documento "Bases para um compromisso", aprovado na primeira reunião da nova Executiva Nacional da CUT, busca um atalho para distensionar o clima do 4º Concut. Acena uma "trégua", essa é a palavra, sob condições.

Retrato da evolução da política da central, o 4º Concut revelou sérios problemas de método (de direção), derivados fundamentalmente da concepção de democracia sindical desenvolvida pela "Articulação".

A compulsão exclusivista manifestada, por sua vez, ligase à maneira de como a corrente majoritária na CUT procura enfrentar suas divergências ao núcleo principal de suas teses. São públicas as manifestações e o debate sobre o viés social-democrata que emoldura aquelas teses.

No ano passado, a participação da Executiva da CUT nos ensaios para um "entendimento" nacional (pacto social) com o governo Collor, arrebatou a polêmica interna. A resolução tomada na executiva por escassa maioria (8 votos a favor e 6 contra) Insufiou a minoria a atacar a decisão na grande imprensa. As correntes "CUT pela Base", "Convergência Socialista", "Força Socialista" e "PLP", ensaiaram, em bloco, um "boicote", indo além do direito inalienável de crítica. Tomou corpo a questão da democracia sindical.

Qual democracia?

O documento aprovado recentemente destaca, em primeiro lugar, o problema da relação entre decisões tomadas pelas instâncias, unidade de ação e direito da minoria manter seus pontos de vista. Aqui, o documento esboça um avanço - comparada a situação anterior - ao vincular à dinâmica de atuação da CUT, "A garantia de livre manifestação destas diferenças (táticas e estratégicas) em todos os momentos da vida da Central...". Acrescenta a seguir o texto da Executiva que a unidade de ação perseguida "...deve ser resultado da vontade e convencimento político do conjunto...". Por que consideramos um avanço? Porque o pressuposto para a unidade de ação sindical numa central plural é a argumentação sobre a justiça, ou não, das ideias defendidas. Não o levantar de crachás burocrático, ou a votação na base do rôlo compressor. Sem o convencimento, apenas se posterga o enfrentamento de opiniões, às vezes antagônicas.

Legalidade e legitimidade

Em segundo lugar, "Bases para um compromisso" reafirma a legitimidade do 4º Concut, "Apesar dos problemas e dificuldades reveladas...". O conceito de legitimidade é sobretudo político. Agora mesmo o Parlamento do Haiti quer institucionalizar o golpe de um general arbitrário por ser contra o governo progressista Bertrand Aristide. Para os assassinos "teten macute" isso é legítimo. Já no Brasil, a ditadura militar de 1964 inclusive constitucionalizou-se. Nós nunca consideramos a ditadura legítima.

O 4º Concut apresentou uma desfiguração do quadro de forças, a partir da cassação de parte das delegações de Minas e Bahia, não obstante o plenário do congresso ter referendado a resolução da executiva. Igualmente, a não apuração dos votos em separado sobre a proporcionalidade - quatro dos cinco a favor da qualificada - não refletiu a posição da maioria do Concut, embora uma votação tumultuada indicou pela não apuração. Houve burla da legalidade. Entretanto, o 4º Concut como conjunto, não pode ser caracterizado como ilegítimo, a não ser sob um determinado ângulo político.

Portanto, a "trégua" proposta, com concessões das partes, será testada de imediato no enfrentamento à crise do governo Collor, o que exige uma CUT no centro das lutas e fortalecida.

Fundação Maurício Grabois

* Membro da executiva nacional da CUT



Arquivo

Esquerda latina busca unidade

Mais de vinte partidos e organizações de esquerda do Cone Sul reuniram-se nos dias 26 e 27 de setembro em Buenos Aires num encontro promovido pelo Partido Comunista da Argentina para dar respostas da esquerda latino-americana ante a nova configuração mundial". Além do partido anfitrião, presenciaram o evento o Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista da Bolívia, Frente Sandinista de Libertação Nacional, Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, Partido Comunista do Peru "Pátria Roja", Partido Comunista do Paraguai, Corrente Pátria Livre (Paraguai), Partido Democrático Popular (Paraguai), Partido Comunista do Chile, Movimento Patriótico Manoel Rodrigues, Frente Patriótica Manoel Rodrigues, Partido Socialista do Povo (Chile) e várias organizações da esquerda uruguaia integrantes da Frente Ampla, como o Movimento 26 de Março, Movimento Revolucionário Oriental, Movimento de Participação Popular, Partido pela Vitória do Povo e Partido Comunista Uruguaio. Da Argentina, participaram ainda o Partido Revolucionário para a Independência e o Socialismo na Argentina, a esquerda Democrática Popular, a Intransigência Popular, o Encontro Popular e a Orientação Socialista. Do Brasil, além do PCdoB, representado por uma delegação do Comitê Central integrada por Dnyéas Aguiar (secretário-geral) e José Reinaldo de Carvalho (Secretário de Relações Internacionais), participou também uma delegação do Movimento Nacional de Defesa do PCB.

Nova situação e tarefas

Segundo os organizadores do encontro, sua convocação deveu-se aos últimos acontecimentos internacionais, particularmente na URSS, que comoveram o movimento revolucionário. De acordo com Jorge Kreyneiss, secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista da Argentina, o encontro se tornou necessário na medida em que se configura a hegemonia dos EUA em um mundo unipolar, o que coloca para a esquerda a necessidade de intercambiar experiências com vistas a encontrar respostas comuns.

Para a delegação do PCdoB, a importância da reunião residiu no fato de que, no momento em que o movimento revolucionário no mundo e na América Latina sofre tantos golpes desferidos pela ofensiva orquestrada pelo imperialismo norte-americano e toda a reação, o encontro entre organizações de esquerda é um passo para organizar a resistência.



Reunião da esquerda em Buenos Aires

O encontro não teve caráter deliberativo, nem pretendeu tirar resoluções obrigatórias para seus participantes.

O objetivo era iniciar o debate e a reflexão comum entre as organizações de esquerda dos países do Cone Sul.

Unidade antiimperialista

A heterogeneidade de linhas políticas e concepções organizativas dos grupos e partidos presentes ao encontro de Buenos Aires não foi empecilho para se obter a unidade em torno de alguns pon-

tos comuns. A grande maioria dos presentes condenou energicamente as tendências anticomunistas na URSS, a campanha anti-socialista encabeçada pelo imperialismo norte-americano, a ofensiva neoliberal no mundo e em particular na América Latina. Hou-

ve unanimidade em torno da necessidade de intensificar em cada país a luta democrática, popular e antiimperialista e a manifestação do otimismo histórico quanto às possibilidades de desenvolver a luta pelo socialismo.

Por outro lado, o encontro de Buenos Aires evidenciou a existência de opiniões díspares em torno das causas que levaram à derrota do socialismo. Vários partidos explicitaram por que apoiam a *perestroika* - "prometia a renovação, com o lema 'mais democracia, mais socialismo'". Agora, começam a se dar conta do caráter retrógrado da orientação que Gorbatchov imprimiu. O PCdoB, com espírito fraterno, expôs com clareza sua visão de que o marco histórico inicial da derrota do socialismo se localiza no XX Congresso do PCUS, em 1956, quando a construção do socialismo foi interrompida, dando início a uma longa transição para a restauração do capitalismo.

A diversidade de opiniões não prejudicou a conclusão fundamental do encontro, adotada pela esmagadora maioria dos participantes: a necessidade de fazer a crítica da experiência de construção do socialismo sem abrir mão dos princípios revolucionários.

A força de Cuba está em seu exemplo

O encontro dos partidos e organizações de esquerda do Cone Sul recebeu a visita de um representante da Embaixada cubana em Buenos Aires, que fez uma intervenção sobre a resistência antiimperialista de Cuba. Por unanimidade, aprovou-se a declaração "A força de Cuba está em seu exemplo", que transcrevemos na íntegra:

Cuba, uma ilha relativamente pequena, situada a 90 milhas dos EUA, o império mais poderoso neste momento, se converteu no centro da preocupação internacional e no divisor de águas entre as forças democráticas, libertadoras e revolucionárias e o imperialismo e a reação internacional. A voz possante do império ameaça todos os dias e com ele faz em eco os serviços do amo, contra a Ilha da Dignidade.

Como é possível que forças tão poderosas, donas dos meios mais terríveis de destruição, estejam tão enlouquecidas pela existência de Cuba socialista? Por acaso ela ameaça a existência dos EUA e de outras grandes potências? É óbvio que Cuba não ameaça ninguém.

Este fenômeno tão extraordinário tem outra explicação: a tremenda força de Cuba está em seu exemplo, a demonstração que a liberta-

ção dos povos é possível; que se pode romper a dependência imperial e dar ao povo o regime que ele quer; que o imperialismo pode ser derrotado e isto supõe que os povos podem construir uma vida melhor, mais digna e mais culta; que há lugar para a alegria e felicidade no mundo; que é possível salvar a humanidade da exploração, da miséria e da corrupção que infesta o imperialismo, e fazer prevalecer a justiça social.

Cuba socialista é o maior exemplo de dignidade, criatividade e valentia de nossa América. É a alternativa à política neoliberal e pró-imperialista. Esse exemplo é o que mais enfurece o imperialismo e os governos a ele submissos. O pirata do norte intensifica sua agressividade e a situação se torna sumamente perigosa para nossa irmã Cuba, por isto urge desenvolver um grandioso movimento de solidariedade em cada país e em todo continente. É o momento para a ação.

Consideramos que é necessário impulsionar as mais diversas formas de solidariedade, com a maior amplitude possível, onde participam todas as forças políticas, religiosas, sociais e personalidades a fim de enfrentar os planos dos inimigos de nossos povos e fazer chegar a nossos irmãos da ilha o maior aporte possível de ajuda.

Somos conscientes que nosso apoio e compromisso com o governo e o povo cubano significa muito especialmente nossa própria defesa, porque o imperialismo depois do colapso da União Soviética e dos países do Leste europeu, opera como dono do mundo e não tolera nenhuma desobediência a seus planos, como mostram as constantes agressões aos povos do continente, aos quais se somam as anteriores, tais como Guatemala, São Domingos, Nicarágua, Malvinas, Granada, El Salvador e Panamá. Por isto, a defesa do direito à autodeterminação de Cuba, de sua soberania e do seu sistema é a defesa de cada um e de todos nossos países.

Para os que lutamos pela libertação nacional e social de nossos povos, é a defesa do caminho eleito. Portanto, a defesa da revolução cubana é uma questão estratégica de primeira importância na luta revolucionária.

Junto aos cubanos, estamos defendendo o legado de San Martín, Bolívar, Artigas, Martí, Tupac Amaru, doutor Francia, Sandino, Farabundo Martí, Salvador Allende, Manoel Rodrigues, Che e todos os próceres de nossa independência.

Consideramos que devemos exigir em forma incondicional o levantamento do bloqueio econô-

mico, que dura mais de 30 anos e a saída da base ianque em Guantánamo. Por isso fazemos um chamado aos povos, inclusive o norte-americano, a desenvolver a mais ampla solidariedade com os irmãos cubanos e exortamos por uma maior coordenação entre as organizações políticas, sociais e populares, como uma exigência da hora em que vivemos.

Afirmamos nosso mais sólido apoio à revolução cubana, a seu povo, sua direção, encabeçada pelo companheiro Fidel Castro. São resoluções do encontro: desenvolver uma ampla campanha de esclarecimento sobre Cuba, durante a primeira semana de janeiro de 1992 sob a consigna "A verdade sobre Cuba"; realizar uma campanha pelo fim do bloqueio econômico, reclamando aos governos, parlamentos e outras instituições para que se pronunciem neste sentido; obter resoluções sociais, gremiais e populares contra o bloqueio de Cuba; buscar diversos caminhos para contribuir para o abastecimento de petróleo da ilha. Solicitar aos países produtores de petróleo da América Latina que assegurem o envio deste combustível à nação irmã.

Novo patamar na formação teórica

DYNÉAS AGUIAR*

Nos dias 5 e 6 foi realizado em São Paulo o Seminário Nacional de Formação, que contou com a participação de camaradas secretários de formação, membros de comissões de formação e dirigentes do partido de treze Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Pará e Amazonas.

A Comissão Nacional de Formação apresentou um balanço das atividades desenvolvidas pela Escola Nacional, os avanços conseguidos e os novos problemas surgidos com a necessidade de aprofundar os cursos de formação de quadros, elevando sua qualidade e abrangência para colocar-se à altura da complexidade da atual fase da luta teórica e ideológica.

Nesse sentido, foi enfatizado que a necessidade de um estudo contínuo e permanente pelos militantes e quadros deixa de ser apenas um problema de compreensão da importância da formação teórica, mas tornou-se uma questão prática que exige medidas concretas a curto e médio prazos.

Nova organização e metodologia

O documento apresentado pela Comissão Nacional de Formação afirma que: "Aprofundar o conteúdo exige que os cursos nacionais tenham uma duração maior que atualmente tem tido, no entanto, a exigência de dedicação dos quadros para o partido em cada região, impossibilita o deslocamento destes por um tempo razoável para cumprir os objetivos do estudo" o que exige uma nova proposta e uma nova visão da organização e metodologia da Escola Nacional.

Visando ultrapassar estas dificuldades de forma realista e adequar a formação às novas necessidades foi elaborada uma nova proposta definida como: descentralizar de forma centralizada a formação a nível nacional.

O fundamento básico dessa proposta é a de adequar corretamente o caráter universal do estudo do marxismo-leninismo, com as exigências de cada região ou até município ou distrito.

Estudar para o enfrentamento de classes

Os últimos acontecimentos internacionais e nacionais, demonstraram de forma categórica o caráter universal do embate de classes no campo político, teórico e ideológico. A reação mundial, capitaneada pelos Estados Unidos, vem utilizando o monopólio dos meios de comunicação para levar a todos os rincões e quadrantes da terra, a sua visão reacionária, anti-socialista e anticomunista dos principais fatos internacionais. Isso ocorreu durante a guerra contra o Iraque e agora com os acontecimentos da União Soviética.

No Brasil, as forças reacionárias falaram pela mesma cartilha do imperialismo e deram muito mais ênfase à campanha permanente contra nosso partido.

Nesse embate, foram exigidas do coletivo partidário como um todo - do Comitê Central ao filiado mais recente - análises e respostas para esclarecerem qual a correta interpretação dos fatos do ponto de vista revolucionário-proletário. Não cabiam como não couberam, várias respostas ou interpretações, pois os grandes embates de classe definem de forma bem demarcada os campos e colocam um confronto direto dos dois pólos antagônicos

da sociedade atual: a visão proletária revolucionária ou a visão burguesa, reacionária, anti-socialista.

Com a compreensão do caráter universal do confronto teórico entre a concepção marxista-leninista, e todas as correntes idealistas-reacionárias, a nova proposta indica: "Continuará sendo prioritário para a Escola Nacional, a formação dos dirigentes dos regionais, no entanto, esta nova proposta possibilita ampliar também esta prioridade, uma vez que poderão ser desenvolvidas atividades paralelas, que atinjam regionalmente quadros de diferentes níveis de responsabilidade, e atribuição.

Esta proposta não retira a necessidade de formação das escolas regionais, ao contrário, as comissões regionais deverão ter um plano próprio de formação e criar suas escolas, tornando-as centros vivos de formação teórica e ideológica nos Estados. A novidade encontra-se no fato de que além das atribuições normais, as comissões regionais darão apoio à formação nacional, acompanhando o estudo dos alunos destacados para os cursos nacionais que permanecerão nos Estados."

A proposta indica também a necessidade de: "Para que o trabalho de formação tenha continuidade e avance é necessário que as comissões de formação se consolidem, tenham vida normal, planejando, executando e avaliando todas as atividades de formação do Estado."

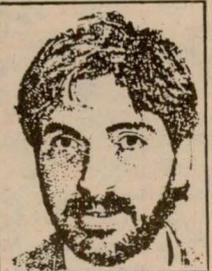
Ao final foi aprovado um plano organizativo de estruturação da Escola Nacional, Escolas Regionais e Estaduais, para a aplicação dessa nova proposta que deverá estar concluída no fundamental até a realização do 8º Congresso.

* Membro do Comitê Central do PCdoB

TEORIA E PRÁTICA Sobre golpes e contragolpes

LUIS FERNANDES*

No meio da dramática crise política vivida pela URSS em agosto, muita gente achou que as forças progressistas e de esquerda deveriam condenar, por princípio, toda e qualquer ação golpista. Pesou neste posicionamento o fato do "golpismo" estar associado, em geral, na experiência da América Latina a ações de direita, reacionárias, antidemocráticas e antipopulares. A condenação principista de golpes de estado, no entanto, se contrapõe não só ao pensamento dialético como a toda a história política do nosso século (para não ir mais atrás).



O que é um "golpe de estado"?

O *Dicionário de Ciências Sociais* reproduz uma definição liberal do "golpe de estado", baseado em Locke e Montesquieu, como uma "ação grave e violenta de que resulta a tomada de um dos poderes de estado, e a usurpação das atribuições de outro". Por esta definição, fica claro que devem ser caracterizados como "golpes" não só a tentativa inicial de deposição de Gorbachov pelo tal "Comitê de Emergência", como também as ações ilegais e anticonstitucionais adotadas por Yeltsin (e referendadas por Gorbachov) em seguida. Já o dicionário *Aurélio* define o golpe de estado de forma mais ampla como a "subversão da ordem constitucional com vista à rápida tomada do poder".

Golpes e revoluções

É claro que o pensamento marxista tem de ir além destas definições formais dos golpes. A definição do *Aurélio* acima, por exemplo, não diferencia *golpes de estado* de *revoluções*. Segundo a análise marxista, a *revolução* implica numa "subversão da ordem constitucional" que vai além do golpe, por abarcar: uma alteração na composição de classe do Estado; a implementação de transformações estruturais econômicas, políticas e sociais profundas; e a participação ativa (ou pelo menos o apoio passivo) de amplas massas no processo de tomada do poder. Por estes critérios também fica claro que o golpe inicial do "Comitê de Emergência" não podia ser confundido com qualquer "retomada da revolução socialista" na URSS.

Avaliação política

Mas na história viva, concreta e real, a linha divisória entre os "golpes" e "revoluções" nem sempre é muito clara. Muitos processos revolucionários foram deflagrados a partir de articulações golpistas nas Forças Armadas. Um caso evidente é o da "Revolução dos Cravos" em Portugal, deflagrada por um golpe de estado do Movimento das Forças Armadas (MFA) em 25 de abril de 1974.

Ao longo do nosso século, muitos movimentos nacionalistas revolucionários e/ou progressistas também assumiram o poder a partir de golpes de estado, como é o caso do regime de Kemal Ataturk na Turquia dos anos 20; os da ascensão de Nasser no Egito e da deposição da monarquia feudal no Iraque nos anos 50; os do Iêmen do Sul, Somália, Líbia e Congo-Brazaville nos anos 60; entre muitos outros. Mesmo aqui na América Latina temos o caso do golpe do General Juan Velasco Alvarado no Peru, em 1968, que levou à nacionalização do petróleo e à deflagração de um importante processo de reforma agrária.

Por tudo isto, fica claro que o nosso posicionamento diante de golpes de estado deve ser político, analisando as suas consequências internas e externas, o papel das forças sociais em disputa, os interesses de classe envolvidos, etc. Afinal, a mesma lógica que leva à condenação dos golpes, com base no "princípio" do "valor universal" da democracia, conduz, também, à condenação principista da revolução.

* Cientista político, professor da UFF e membro do Comitê Central do PCdoB

Repúdio à saída de João Pedro

O PCdoB do Amazonas repudiou a saída do vereador João Pedro, ex-líder do Partido na Câmara Municipal de Manaus e militante do Partido há quase 15 anos.

Para o deputado estadual Eron Bezerra, presidente regional do Partido no Amazonas, é injustificável que um parlamentar do PCdoB desista do partido antes do término do mandato, sem que antes tenha cumprido seu compromisso para com todos aqueles que o elegeram. De acordo com Eron, um parlamentar do PCdoB não é simplesmente um parlamentar nos moldes convencionais, mas sim um militante incumbido de cumprir uma tarefa a ele confiada pelo coletivo partidário e respaldado pelo voto das pessoas que confiam nas propostas de coerência, combatividade e luta do PCdoB. Quanto às questões de ordem ideológica (um

dos argumentos utilizados por João Pedro para justificar seu desligamento do Partido), o secretário de organização do Diretório Regional do PCdoB, João Paulo, destacou que a posição mais coerente a ser tomada por João Pedro deveria ter sido a de participar da polêmica na preparação do 8º Congresso do Partido, a ser realizado em janeiro de 92, e onde serão tratados todos os pontos que o ex-companheiro questionou ao solicitar o seu afastamento: a crise do socialismo, a queda do Leste europeu e o golpe na União Soviética.

"Recusando-se a debater suas dúvidas ideológicas com o diretório regional e com o partido em geral, João Pedro demonstrou que as justificativas que usou para seu afastamento não têm qualquer fundamento", argumentou João Paulo.

(Do correspondente em Manaus)

Ou o Brasil, ou Collor

Graves atentados à soberania nacional

JOÃO AMAZONAS*

O Brasil vive uma situação muito difícil, amplamente reconhecida pelo governo e por forças políticas em atuação no país. Uma crise profunda, estrutural, atinge todos os setores da vida da nação. A degradação econômica, política e social toma dimensões consideráveis. Os remédios empregados pelos governantes agravam mais ainda os males que atormentam o Brasil e o seu povo. E o pior de tudo: o governo Collor apresenta-se não somente como representante das forças reacionárias, segue uma orientação que se confunde com a traição aos interesses nacionais.

Esse aspecto - o da traição nacional - é pouco destacada no exame da situação brasileira. Mas é o ângulo mais grave da geometria política do Brasil atual. O preço que se vai pagando pelos tremendos desajustes internos é a alienação crescente da soberania nacional, o leilão vergonhoso do patrimônio e das conquistas do nosso povo, obtidos com imensos sacrifícios.

É de salientar que a desastrosa orientação de Collor acopla-se com a estratégia mundial do imperialismo dirigida no sentido da destruição das fronteiras nacionais dos países do chamado Terceiro Mundo. Na Casa Branca, em Washington, sonha-se com a chegada de uma época semelhante a do velho império romano - um só senhor dominando um mundo de escravos.

Ataque aos alicerces da Nação

Encontra-se em plena execução, camuflado aqui e ali pela política pretensamente neoliberal e por supostas exigências de internacionalização da economia, um projeto antinacional de procedência mais que suspeita. Pouco a pouco, vão-se destruindo os fundamentos da nação brasileira e de suas aspirações de independência e progresso.

A começar pelo próprio Estado. Sem Estado Nacional não existe soberania nacional. Observa-se, entretanto, uma campanha sub-reptícia contra o Estado brasileiro. Não por sua decrepitude social e política, que reclama mudanças radicais, mas pelo seu papel de órgão afirmativo de um país soberano. Fala-se do Estado-elefante, pesado, que precisaria tornar-se leve. O que se pretende é retirar funções do Estado identificadas com os interesses nacionais de maior importância. E transformá-lo num simples Conselho Administrativo encarregado de gerir atividades sociais como educação, saúde, habitação, meio-ambiente e, também, coletor de impostos. Um órgão subalterno, de características coloniais.

No mesmo sentido, realiza-se pregação dissimulada contra as Forças Armadas.

Também não por sua recente e constante atuação antidemocrática e como instrumento repressor das massas, que precisa ser firmemente combatida, e sim como instituição militar, incumbida da defesa da soberania nacional contra agressões inimigas. Deve-se ter em conta que o ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos, Mc-Namara, defendeu há pouco tempo a liquidação dos Exércitos dos países do Terceiro Mundo. Põe-se em dúvida sua razão de ser. Mina-se o moral da tropa. Desaparecem-se as Forças Armadas, atingindo inclusive a produção nacional, com tecnologia própria, de meios de defesa. Tudo num momento em que se erguem ameaças muito concretas por parte dos Estados Unidos à soberania dos países em desenvolvimento. Não significa isto desarmar a nação brasileira face a uma agressão imperialista?

Jogo sujo contra as estatais

A atividade sutil contra a soberania nacional inclui a persistente e múltipla campanha em prol da internacionalização da Amazônia. Existe um projeto em execução que obedece à estratégia imperialista de apossar-se das riquezas minerais dessa região. Serve a essa estratégia a argumentação *ingênua* de proteção da ecologia e dos índios. Exageram-se propositalmente problemas ecológicos e indígenas para retirar da órbita nacional a sua solução. Cabe ao Brasil defender suas florestas e encaminhar corretamente a questão dos nativos. Mãos estrangeiras nessas tarefas comprometem a soberania do país. Já Mitterrand proclama que a Amazô-

nia pertence ao mundo... E outros mal-intencionados alardeiam a falsa teoria da Amazônia pulmão do Planeta. Há claros sinais de estímulos à criação de *enclaves* indígenas na região amazônica que contarão com o apoio internacional explorando a ingenuidade e as dificuldades de vida dos índios. Diga-se a propósito que, sob o pretexto do combate ao narcotráfico, vêm sendo formados *enclaves* militares norte-americanos em países do Continente, vizinhos da Amazônia brasileira. O perigo de internacionalização da Amazônia é real. Somente os cegos políticos não o vêem.

No terreno econômico, a ofensiva antinacional abrange a privatização das empresas estatais de importância estratégica ao desenvolvimento independente do país. Sem uma base econômica própria, nenhuma nação se consolida e progride. Particularmente os países menos desenvolvidos têm o maior interesse em criar e sustentar essa base. O Brasil avançou apoiado fundamentalmente nas empresas de grande porte de propriedade do Estado. Os imperialistas tudo fizeram para impedir a implantação da indústria siderúrgica e da exploração do petróleo. Não fosse a criação das estatais do aço e da energia ainda hoje o Brasil seria um país essencialmente agrícola, fornecedor de matérias-primas ao mercado mundial. As empresas estatais de caráter estratégico são parte integrante da soberania nacional. Assim devemos compreendê-las. Os que querem privatizá-las fazem o jogo sujo do imperialismo, interessado em apoderar-se de tais empresas, colocando-as a seu

serviço, ou simplesmente incapacitando-as de servir ao desenvolvimento da economia brasileira. Não por acaso, o FMI rege a orquestra privatizadora.

Confronto entre o Brasil e Collor

Preocupantes, ainda, são as concessões que se fazem aos monopólios estrangeiros em certos campos de atividade que afetam os interesses da nação. É o caso da extinção da reserva de mercado para a indústria da informática e das investidas no setor dos fármacos, este ligado com a questão das patentes. Neste particular, chama a atenção as atitudes insolentes de Carla Hill, representante do governo estadunidense, no encontro que manteve o ano passado com altas autoridades brasileiras: "O Brasil somente conseguirá atrair investimentos estrangeiros - disse ela - quando passe a reconhecer a propriedade intelectual de fórmulas farmacêuticas e outros bens criados pela indústria americana e consumidos no Brasil." Tem o mesmo caráter antinacional as fortes restrições impostas pelo governo que atingem seriamente a formação de tecnologia própria no campo nuclear, fonte de energia utilizada largamente em todo o mundo.

O processo alienante da soberania nacional agrava-se mais ainda com a crise profunda que o país atravessa, cujos efeitos nefastos recaem pesadamente sobre os trabalhadores e as massas populares. A fim de safar-se das dificuldades financeiras, em grande parte causadas pelo intolerável pagamento da dívida externa, o governo lança mão de tudo, sem nenhum escrúpulo. Inclusive da recomendação arrogante de Margaret Thatcher: "se vocês não têm recursos para pagar as dívidas, então vendam as suas empresas."

É hora do brado de alerta, convocando a união e a mobilização das forças patrióticas e progressistas para defender a soberania nacional em todos os terrenos. É chegado o momento de o clamor popular pôr um BASTA ao governo de Collor, totalmente divorciado dos interesses fundamentais do país. É oportuno também reclamar uma saída efetivamente democrática à crise política que abala o conjunto da nação.

Ou o Brasil ou Collor - é o dilema que enfrentam os brasileiros nesta fase crucial de sua história.

